

CLÍNICA LGBTQIAP+ COMO INTERVENÇÃO: PROJETO VOZES E CORES E A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA EM QUESTÃO

Anna Clara da Rocha Luz¹
Angie de Lima Santos Barbosa²
Lori Delarue dos Santos³
Raphael Alves Cardoso⁴

RESUMO

O Projeto Vozes e Cores, criado em 2020 pelo Prof. Dr. Mario Carvalho, consiste em um Grupo Terapêutico de abordagem Psicanalítica voltado para o atendimento de pessoas LGBTQIAP+ que buscam por um espaço no qual possam receber atendimento em grupo e/ou individual. Ao longo do projeto, foram observados múltiplos relatos de violências sofridas, em diferentes intensidades, pelos participantes em experiências prévias com a psicoterapia individual. Refletindo sobre o papel de um projeto voltado a essa população que relata a importância da existência de um espaço dentro da psicologia onde as suas demandas são vistas e ouvidas, ês autores propõem uma pesquisa quantitativa acerca do currículo de graduação no campo onde estão inseridos. Pretende-se analisar, a partir de uma perspectiva teórica-metodológica interseccional, decolonial e contra-hegemônica acerca dos estudos de gênero, sexualidade e raça, de que forma a formação em psicologia está sendo conduzida atualmente na instituição. Os resultados da pesquisa apontam que, de 393 textos analisados, apenas 6 apresentavam a temática de gênero e sexualidade explicitada, porém não abordadas de maneira interseccional ou focadas na experiência LGBTQ+. Entendendo que os relatos de violência na clínica refletem sobre uma ética de trabalho na psicologia que é catalisadora no sofrimento psíquico da

1 Graduada do Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, anna.rocha1703@gmail.com

2 Graduada do Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, bibliotrava@gmail.com;

3 Graduando do Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, lori delarue@gmail.com;

4 Graduando pelo Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, rpalvescardoso@gmail.com;

população LGBTQIAP+ e reproduzem uma escuta patologizante amparada na cis-norma, é necessário refletir propositivamente sobre transformações curriculares, institucionais e estruturais que possibilitem um combate efetivo contra a LGBTfobia na formação psicológica e que, por consequência, confronte as estruturas da clínica que se amparam no diagnóstico em detrimento das subjetividades.

Palavras-chave: Formação em Psicologia, LGBTQIAP+, Epistemicídio acadêmico, Psicologia Social

INTRODUÇÃO

Criado em 2020 e tendo funcionado ativamente até 2023, O Projeto Vozes e Cores⁵ consiste em um Grupo Terapêutico de abordagem majoritariamente Psicanalítica, com influências focais esquizoanalíticas. O projeto visava, inicialmente, apenas o atendimento em grupo de pessoas LGBTQIAP+, especialmente as que não conseguem ou têm dificuldades de acessar gratuitamente serviços de saúde mental. Porém, conforme foi vista a necessidade recorrente de um atendimento clínico individual complementar ao grupo, expandiu-se também a área de atuação do projeto para a clínica individual orientada pela psicanálise. O Projeto se originou da pesquisa de pós-doutorado do Prof. Mario Felipe Carvalho de Lima intitulada “Afetos e Sofrimentos de Pessoas LGBTI no Cenário Brasileiro Contemporâneo” e estabeleceu-se também como um estágio curricular supervisionado dentro da graduação em psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Ao longo do trabalho com o grupo, foram acolhidos múltiplos relatos de violências de caráter LGBTfóbico sofridas por participantes em experiências prévias com a psicoterapia individual, em diferentes intensidades e de diferentes formas. Cabe pontuar também que essas experiências de violência na clínica psicológica atravessam também a vivência individual de alguns de nós estagiários do Projeto, também pertencentes à comunidade LGBTQIAP+. Fez-se necessário então, para nós, psicólogos em formação inseridos dentro da prática do estágio, refletir sobre o papel de um projeto voltado para essa população que, tanto nos atendimentos clínicos individuais conduzidos pelos estagiários como nos atendimentos de grupo, relata a importância através da ausência de um espaço dentro da lógica do cuidado para com a saúde mental onde suas demandas são propriamente vistas, escutadas, respeitadas e cuidadas de maneira ética.

Após muitos debates e reflexões sobre o assunto durante as supervisões do estágio e conversas entre nós estagiários que tentávamos encontrar explicações para tal cenário de distanciamento da população LGBTQIAP+ dos dispositivos de cuidado em saúde mental, acabou-se inevitavelmente sendo feita uma análise crítica sobre nossas próprias formações, uma vez que acreditávamos como hipótese inicial que tal distanciamento era reflexo de um despreparo desses profissionais formados, logo, uma falha na formação para capacitar profissionais que exercitam uma clínica política que saiba ouvir e acolher as demandas da população LGBTQIAP+. Dessa forma, decidimos analisar o currículo de graduação em

5 O projeto foi desenvolvido através do financiamento da FAPERJ.

psicologia da UERJ, onde se inserem ês autores deste trabalho, pautando uma questão base: quais são as (im)possibilidades para que pessoas LGBTQIAP+ participem da construção dessas formações e tenham um contato transformador com comunidades acadêmicas que produzem determinadas posturas profissionais e humanas frente à diferença?

Para Foucault (1988), o desenvolvimento do conceito de sexualidade como um dispositivo envolve a criação de normas fundamentadas em códigos morais. Nesse contexto, a homossexualidade, assim como a ampla categoria LGBTQIAP+, ao divergir do padrão heteronormativo estabelecido, passou a ser socialmente considerada anormal. Conseqüentemente, essas identidades foram alvo de condenação e punição não apenas por meio de leis judiciais, mas também através de discursos intolerantes e atitudes excludentes. Essa conformidade às normas contribuiu para a construção sócio-histórico-política dos sistemas de opressão e subordinação, impostos pelas ferramentas violentas da heteronormatividade.

A princípio, tomando como analisador uma das leituras possíveis do que é violência na sociedade, podemos dizer que esta é “uma forma de comunicação e um exercício de poder. Um corpo agredido é um corpo marcado por uma mensagem” (Carvalho; Menezes, 2021, p. 34). A presença da violência nas relações de opressão em níveis micro e macroestruturais evidencia-se na negação do reconhecimento da humanidade das vítimas, que são desumanizadas e privadas de seu status humano. Judith Butler (2008, citada por Carvalho; Menezes, 2021) explica esse fenômeno de desumanização na população LGBTQIAP+ por meio do conceito de matriz heterossexual. Essa matriz consiste na relação estabelecida entre o sexo atribuído ao nascimento, a performance de gênero, os desejos e práticas sexuais, todos organizados para reforçar a norma de coerência pela heterossexualidade e pela binariedade de gênero, e assim ditar uma hierarquia de validação de sujeitos a partir de seu pertencimento ao considerável “normal” em uma cultura cisheteronormativa, colonial e branca.

Rubin (1984) também irá trabalhar a exclusão social de pessoas dissidentes ao falar sobre uma estratificação sexual e o bom e o mau sexo. Dentro dessa categoria do “bom sexo” existem os casais heterossexuais, casados, monogâmicos, de valores cristãos e que enxergam o sexo enquanto ato com intuito único de reprodução e não o prazer. Partindo de um essencialismo sexual, julga-se quase todas as práticas sexuais segundo suas piores possibilidades de expressão, tomando o ato por si só culpado até que provem sua inocência, ou seja, que a sua prática seja validada dentro de uma justificativa moral e religiosa. Cria-se uma pirâmide de hierarquia erótica acerca das posições possíveis que as expressões de sexualidade podem ocupar, e quanto mais próximo do topo da pirâmide se localiza o seu desejo

e prática, mais se é recompensado socialmente. No topo da pirâmide, encontra-se o casal heterossexual reprodutivo, casado e monogâmico; em sua base encontra-se os desviantes do “mau sexo”.

Mantendo em perspectiva que a produção dos saberes foi e ainda é construída a partir do homem, branco, europeu (Grosfoguel, 2016) como também a partir de um lugar de cisgeneridade e heteronormatividade, “as universidades ocidentalizadas seguem carregando o legado cartesiano como critério para validar a produção da ciência e do conhecimento” (Grosfoguel, 2016, p. 30). Entrando no área da psicologia e no nosso campo de atuação da profissão que é o Brasil, é preciso relembrar as origens normatizadoras de biopoder dos corpos da psicologia no período do regime militar, onde se deu o seu crescimento enquanto curso de ensino superior no território brasileiro, seguido do fortalecimento do ensino particular (Coimbra, 1995). Seu legado histórico segue ecoando nas paredes das instituições acadêmicas, mesmo após o fim da ditadura militar, perpetuando práticas e práxis normatizadoras e patologizantes, que geram assim possíveis violências dentro da prática psi. A pesquisa-intervenção feita através da prática de estágio pretende romper a visão fragmentada do indivíduo que objetiva a sua adaptabilidade ao contexto social dominante, reforçando o pesquisar enquanto ato político a contribuir para emancipação social através da construção coletiva e recusa de sustentar a postura de pesquisador e estudante de “psicologizar” as pessoas e fenômenos encontrados. A psicologia enquanto ciência exige de nós, estudantes e profissionais da área, uma vigilância respaldada na sua história.

Pretendemos analisar, a partir de uma de uma perspectiva teórico-metodológica interseccional, decolonial e contra-hegemônica acerca dos estudos de gênero, sexualidade e raça, de que maneira a formação em psicologia têm sido conduzida dentro da instituição e as suas reverberações para os campos de atuação da profissão, como a clínica, a pesquisa e o trabalho em institucional. Foram levados em conta também os atravessamentos ético-políticos na produção de subjetividades e cuidado com a saúde mental da população às margens de uma sociedade cisheteronormativa e branca.

METODOLOGIA

Para discutir a formação em psicologia e responder esse problema de pesquisa, fez-se o levantamento e análise de ementas das disciplinas que compõem o ciclo básico da formação em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na qual o projeto está inserido – tais disciplinas têm caráter obrigatórios e são realizadas do 1º ao 4º período da graduação. A escolha por delimitar

a análise das disciplinas de caráter obrigatório do ciclo básico se deu por ser esta a etapa percorrida por todos os estudantes em formação, precedendo qualquer escolha de ênfase. O caráter do ciclo básico é o de fomentar bases pelas quais o curso em psicologia considera imprescindíveis para qualquer psicóloga independente de sua abordagem, logo, podemos dizer que os temas abordados nas matérias desses períodos contêm aquilo que é visto pela instituição como de maior relevância para a formação básica. As ementas consultadas estão disponíveis no site do Departamento de Orientação e Supervisão

Pedagógica da UERJ. Ao todo, foram analisadas 32 ementas, em três pontos cruciais: objetivos, tema e bibliografia. Acerca das bibliografias de cada disciplina, foram levantadas as seguintes questões:

1. A temática de gênero e sexualidade é explicitada na bibliografia da ementa?
2. É tratada a partir de qual perspectiva epistemológica?
3. Qual o peso dessas temáticas na bibliografia?
4. A temática de gênero e sexualidade consta como bibliografia obrigatória ou complementar?
5. Quanto da bibliografia recomendada sobre gênero e sexualidade é produzida por pessoas LGBTQIAP+, especialmente pessoas trans?
6. Quanto da bibliografia recomendada sobre gênero e sexualidade é produzida por pessoas negras ou indígenas?
7. A bibliografia recomendada sobre gênero e sexualidade aborda os temas de maneira interseccional?

O objetivo das perguntas é identificar quais saberes estão sendo ministrados em sala de aula e quais perspectivas epistemológicas estão sendo adotadas: se são as contra hegemônicas e decoloniais ou as epistemologias ocidentais, coloniais e cisheteronormativas — especialmente, se as perspectivas adotadas partem das reflexões e posições ontoepistêmicas de sujeitos LGBTQIAP+ interseccionalmente marcados ou se, mesmo que adotando perspectivas teóricas decoloniais, *queer*, transfeministas, etc; seguem partindo de posições de sujeitos brancos e cisheterossexuais. É importante também ressaltar que o corpo docente responsável têm autonomia para propor textos e discussões que não constam na ementa disciplinar, contanto que considerem necessário e pertinente ao tema e objetivo explicitados na matéria.

Para conduzir esta análise de forma interseccional, também lançamos mão da transversalização como metodologia de intervenção cartográfica para

a pesquisa. Entende-se por transversalização, conceito elaborado por Felix Guattari, o direcionamento da análise ao coletivo como o plano de máxima comunicação, ao invés de entender o coletivo enquanto agrupamento de indivíduos, e “operar na transversalidade é considerar esse plano em que a realidade toda se comunica” (Passos, Barros, 2009, p. 27), não se limitando aos eixos hegemônicos de organização hierárquica do lócus social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas 32 ementas analisadas haviam 393 textos, dos quais apenas 6 constavam com a discussão sobre gênero e sexualidade, destes: 2 dos textos constavam enquanto bibliografia obrigatória, 3 textos como bibliografia complementar e 1 texto de caráter não-especificado, que se encontrava dentro de um livro indicado como leitura obrigatória mas sem especificações de capítulos utilizados. As discussões dos textos não eram abordadas de maneira interseccional ou focadas na experiência LGBTQIAP+, com o perfil racial e de gênero dos autores sendo: 1 mulher cisgênera branca, 3 homens cisgêneros brancos e 1 homem cisgênero negro. Aqui, é preciso novamente reiterar acerca da autonomia do corpo docente acerca da literatura e condução das disciplinas, pois, ao mesmo tempo em que a abertura é uma forma possível de enfrentamento do apagamento de epistemologias *queer*, trans e travestis e racializadas podendo ser trabalhada à margem, seu não-lugar também cria uma dificuldade na garantia e reivindicação da permanência a longo prazo dentro da formação.

É importante notar que foi analisada uma versão do currículo básico que já foi revista e está sob mudança, embora seja ainda vigente. O novo currículo, previsto a ser gradualmente implantado a partir de 2025, contará com uma disciplina obrigatória de gênero e sexualidade, que atualmente é oferecida como eletiva. Na disciplina, foram analisadas as autorias dos textos da bibliografia da disciplina, que contavam com 71 autores, entre os quais havia apenas 7 pessoas trans. Desse mesmo 71 autores, apenas 20 eram pessoas negras, indígenas ou amarelas. Devemos considerar que a ausência de autores negros e trans é representativa da ausência desses grupos dentro da própria universidade; de maneira que esses pesquisadores frequentemente são “isolados” em suas identidades como temas únicos de pesquisa.

Embora muitas discussões na bibliografia da nova disciplina de gênero e sexualidade tenham sido realizadas de maneira interseccional, abordando amplos temas associados ao gênero como raça, classe, sexualidade, deficiência, etc; compreendemos que a interseccionalidade não pode ser uma práxis filosófico-política

crítica associada apenas aos estudos de gênero. Em uma parte significativa das disciplinas do ciclo básico analisadas, consideramos que haveriam muitas discussões relativas a gênero, sexualidade e especialmente transidentidade que deveriam se fazer presentes, inclusive interpelando os pressupostos de campos como a psicologia do desenvolvimento, a teoria psicanalítica, a saúde mental, a psicopatologia, a história da psicologia, a psicologia social, entre outros. No entanto, notamos que as contribuições de pessoas trans e travestis ainda parecem ser lidas como apenas restritas ao campo do gênero e da sexualidade, ou pior, como apenas restritas à transidentidade como um assunto especializado e isolado do resto da psicologia — ou seja — a posição travesti-trans não chega a ser lida como uma posição propriamente epistêmica a partir da qual se pode interrogar o saber psicológico de maneira ampla e transversal.

Dessa forma, compreendemos que as contribuições interseccionais de pessoas trans e travestis deveriam ser lidas nos diferentes campos da psicologia, como disparadores para novas discussões e desenvolvimentos, e de maneira prevista curricularmente, para que se tenha segurança de que tais discussões serão feitas. A exigência pela abordagem de epistemologias *queer* não deve mais vir apenas de estudantes LGBTQIAP+ através de sugestões e questionamentos em sala de aula ou de um pequeno grupo de professores que ofertam eventualmente eletivas voltadas ao tema — e que geralmente são frequentadas maioritariamente por estudantes *queer*. A exigência deve vir da instituição, comprometida com uma formação em psicologia ampla e que reconheça e se implique com as realidades dissidentes da cis-heteronormatividade, e deve alcançar principalmente estudantes cis e/ou heterossexuais que provavelmente não despertariam sozinhos o interesse de buscar tais leituras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que os relatos de violência na clínica, que nos levam até a pesquisa feita neste trabalho, refletem sobre uma ética de trabalho na psicologia que é catalisadora de sofrimento psíquico na população LGBTQIAP+ e reproduzem uma escuta patologizante amparada na cisnorma, é necessário refletir propositivamente sobre transformações curriculares, institucionais e estruturais que possibilitem um combate efetivo contra a LGBTfobia na formação psicológica e que, por consequência, confronte as estruturas da clínica que se amparam no diagnóstico em detrimento das subjetividades.

Sofia Favero (2020, p. 14), ao falar sobre a clínica enquanto ciência guiada pelo pensamento cisgênero, propõe na necessidade imediata de se pensar uma

outra ética para a clínica centralizada na despatologização da escuta, feita a partir do estudo de autores e teorias não-brancas e não-cisgêneras pois isso implica reconhecer a diversidade das experiências trans, travestis e LGBTQIAP+ como um todo, sem sustentar uma escuta em que a identidade fale e chegue antes do sujeito e fale por ele, ou seja, a literatura também age como uma forma de agenciamento questionando assim o pensamento nosológico patologizante que existe na clínica. No âmbito da formação, é importante reforçar que o enfrentamento às estruturas cisnormativas e brancas também vem de um reconhecimento da ausência desses corpos em posições de autoridade e poder dentro da instituição, e que aumentar as brechas e fazer espaço para narrativas outras enquanto impulso metodológico impulsiona um deslocamento dentro das estruturas de manutenção de poder (FAVERO, 2020, p. 16). Uma universidade sem corpos dissidentes reflete diretamente em uma formação em que a clínica irá se manter na escuta patologizante, partindo de uma universalidade dos corpos e experiências brancas cis-heterossexuais, em que pessoas LGBTQIAP+ aparecem apenas no lugar de paciente, e cabe à nós enquanto pessoas inseridas no ambiente acadêmico lutar e reivindicar pela existência e permanência *queer* e transvestigênera para transicionar uma psicologia enrigidamente cis.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. F. L.; MENEZES, M. S. Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI. Rio de Janeiro: **Fiocruz**, 2021.

COIMBRA, C. Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

FAVERO, S. (Des)epistemologizar a clínica: o reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 05, n. 13, p. 403-418, 2020.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Traduzido por Fernanda Miguens, Maurício Barros de Castro e Rafael

Maieiro. Revisão: Joaze Bernardino-Costa. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RUBIN, G. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.